

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo determinações legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Conselheiros, às autoridades competentes, aos nossos participantes e ao público em geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparativas com 31 de dezembro de 2020. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, tendo por base a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, com suas alterações, a qual foi revogada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, a partir de 03 de janeiro de 2022. Apesar da pandemia que se instalou no mundo a partir do início de 2020, e com o reflexo natural do grande mercado brasileiro de seguros também em 2021, a Entidade atingiu um aumento de 33,8% em seu faturamento de 2021, em relação a 2020, proporcionando forte incremento de novas receitas e demandando convicção de sua gestão, em relação a política de expansão de novos negócios que vem sendo implementada junto a seus parceiros estratégicos. As perspectivas para o ano de 2022 apontam para um salto ainda maior na captação e ampliação do quadro de participantes, superando mais uma vez os números do ano anterior. Dessa forma, com o habitual rigor na gestão dos riscos, compromisso constante ao controle e redução de custos, a UPOFA está preparada para, enfim, cumprir seu papel e assumir um lugar de destaque no mercado nacional. A UPOFA declara que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria. A Administração.

Balancos Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro de 2021 e 31 Dezembro de 2020					
ATIVO			PASSIVO		
Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO (RS 1)			CIRCULANTE	616.937,71	399.027,74
CIRCULANTE	1.389.854,49	592.181,87	CONTAS A PAGAR	507.413,60	279.272,97
DISPONÍVEL	1.152.464,47	196.206,06	Obrigações a Pagar	76.007,91	825,87
Caixa e Bancos	"2.b"	1.152.464,47	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	18.522,46	10.812,83
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	0,00	78.282,04	Encargos Trabalhistas	17.049,92	17.634,31
Valores a Receber	"2.c"	0,00	Empréstimos e Financiamentos	"8"	395.833,31
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	237.390,02	317.693,77	DEPÓSITO DE TERCEIROS	20,00	23,25
Outros Créditos a Receber	63.386,31	32.659,76	Depósito de Terceiros	20,00	23,25
Depósitos Judiciais e Fiscais	18.465,88	0,00	PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	"6"	109.504,11
Assistência Financeira a Participantes	"2.d" e "4"	230.169,82	PLANOS BLOQUEADOS	2.303,20	3.564,57
(-) Provisão p/ Riscos de Cred. Duvidosos	(74.631,99)	(57.385,18)	Provisão Matemática Prêmio Não Ganho	6,20	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	972.585,96	875.655,64	Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados	2.297,00	3.049,32
REALIZAÇÕES A LONGO PRAZO	955.378,49	822.655,47	Provisão de Despesas Relacionadas	0,00	7,27
APLICAÇÕES	382.931,96	367.176,17	Provisão de Sinistros a Liquidar - Administrativos	0,00	507,98
Títulos de Renda Fixa - Públicos	"2.e" e "3"	382.931,96	PLANOS NÃO BLOQUEADOS	107.200,91	116.166,95
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	572.446,53	455.479,30	Provisão Matemática Prêmio Não Ganho	91,72	52.649,95
Direito Resultante Venda de Imóvel	320.050,00	254.000,00	Provisão de Sinistros a Liquidar - Administrativos	0,00	13.153,27
Assistência Financeira a Participantes	"2.d" e "4"	252.396,53	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	74.976,67	18.972,09
INVESTIMENTOS	12.815,24	9.215,24	Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	2.949,80	4.453,37
Outros Investimentos	12.815,24	9.215,24	Provisão de Despesas Relacionadas	29.182,72	26.938,27
IMOBILIZADO	4.392,23	43.784,93	Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	671.457,21	624.193,88
Imóveis	0,00	76.284,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	612.461,15	536.072,40
Bens Móveis	114.246,45	114.246,45	CONTAS A PAGAR	"8"	58.996,06
Outras Imobilizações	335.713,50	335.713,50	Empréstimos e Financiamentos	58.996,06	88.121,48
(-) Depreciação Acumuladas	(445.567,72)	(482.459,02)	PROVISÕES TÉCNICAS	"6"	58.996,06
			PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	58.996,06	88.121,48
			PLANOS NÃO BLOQUEADOS	58.996,06	88.121,48
			Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	58.996,06	88.121,48
			PATRIMÔNIO SOCIAL DE ENTIDADES PREV. COMPL. SEM FINS LUCRATIVOS	"9"	1.074.045,53
			Patrimônio Social	849.038,76	849.038,76
			Reservas de Reavaliação	0,00	30.830,25
			Reservas de Retenção de Superávit	218.359,41	218.359,41
			Superávits/ Déficit Acumulado	6.647,36	(653.612,53)
			TOTAL DO PASSIVO	2.362.440,45	1.467.837,51
TOTAL DO ATIVO	2.362.440,45	1.467.837,51			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido das Entidades Sem Fins Lucrativos nos Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

	2021		2020	
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 30 de junho 2021	Saldo Final em 31 dezembro 2021
Realização Reserva Superávit do Exercício	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	849.038,76	30.830,25	849.038,76	30.830,25
Realização Reserva Déficit do Período	-	(301,26)	-	-
Saldo em 30 de junho 2021	849.038,76	30.528,99	849.038,76	30.528,99
Realização Reserva Superávit do Exercício	-	(30.830,25)	-	-
Saldo Final em 31 dezembro 2021	849.038,76	0,00	849.038,76	0,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2021 e 31 Dezembro de 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A UPOFA - União Previdencial é uma Entidade Aberta de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, e está autorizada a operar com Planos de Pecúlio de Previdência Complementar Aberta e concessão de assistência financeira aos seus participantes nas regiões do Paraná e Rio de Janeiro. Os critérios de gerenciamento de riscos são aplicados através de programa específico, com a garantia de consignação em órgãos conveniados, Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Comando do Exército, através da Secretaria de Economia e Finanças, dentre outros. As demonstrações financeiras do exercício foram apresentadas, em comparativo com o mesmo período de 2020, à Diretoria e aprovadas para a divulgação e publicação em 28 de fevereiro de 2022.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS
a. Base de Preparação: As demonstrações financeiras do exercício de 2021 estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, adotando e incorporando as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e suas alterações posteriores (revogada pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a partir de 03 de janeiro de 2022), além das Normas e Instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas das Entidades Abertas de Previdência Complementar. Os itens incluídos nas informações da entidade são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atua. As demonstrações financeiras foram apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.
b. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.
c. Valores a Receber: Os Créditos a Receber são contabilizados pelos valores faturados. A Redução ao Valor Recuperável não se faz necessário por não registrar nenhuma inadimplência. Foi realizada a alienação dos conjuntos de salas nºs 901, 902 e 903 do 2º andar do Edifício Cel. Joaquim da Costa Cabral, situado a Praça Zacarias, esquina da Rua Emiliano Pernet, 10, Centro, Curitiba/PR, e as respectivas frações ideais do solo correspondentes a 4.930,4773 e 5.321 do terreno em que o dito Edifício está construído, pelo valor de R\$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais).
d. Assistência Financeira a Participantes: Está demonstrada pela Assistência Financeira concedida, líquida da Provisão para Riscos Sobre Assistência Financeira e dos juros e encargos prefixados, ajustados de acordo com os prazos contratuais. A Provisão para Riscos Sobre Assistência Financeira é constituída em montante julgado suficiente para absorver eventuais perdas nos recebimentos dos créditos.
e. Títulos e Valores Mobiliários: A Entidade classificou a sua aplicação financeira, detalhadas na nota "3", na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento. O valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários foi calculado da seguinte forma: Títulos de Renda Fixa - Públicos: com base no preço unitário da Letra Financeira do Tesouro, divulgado pelo Banco custodiante, Banco do Brasil S/A. Os rendimentos decorrentes da valorização das Letras Financeiras foram registrados no resultado do exercício. A entidade possui 34 Letras Financeiras do Tesouro, valendo R\$ 382.931,96 em 31 de dezembro de 2021. As aplicações financeiras estão distribuídas conforme quadro detalhado na nota "3". Estes títulos e valores mobiliários são garantidos das Provisões Técnicas e estão custodiados em instituição financeira autorizada pela SUSEP, e foram suficientes para cobrir a necessidade de cobertura das provisões (R\$ 168.500,17), gerando excedente (ativo líquido) de R\$ 214.431,79.

em 31/12/2021. **f. Imobilizado:** O imobilizado, é contabilizado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os valores de contabilização dos ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. As depreciações são calculadas com base na vida útil e utilização dos bens (NBC TG 27(R3)). A Administração da UPOFA entende não haver indicativo de que o valor contábil dos bens adquiridos exceda o seu valor recuperável e que, portanto, não há riscos de Impairment.
g. Contas a Pagar: As Contas a Pagar de Fornecedores e Honorários são obrigações referentes a bens e serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivo Circulante por serem obrigações a ser realizadas em período inferior a 12 meses da data base.
h. Demais Ativos e Passivos: Registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até as datas dos balanços.
i. Teste de Adequação do Passivo (TAP): Em consonância com o CPC 11 e com os normativos CNSP e SUSEP em vigor para o TAP, foi elaborado o teste de adequação do passivo - TAP da Entidade, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31 de dezembro de 2021. O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de proceder-se a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos com estas operações. Para a realização do TAP, primeiramente a Entidade agrupou os contratos de acordo com sua estrutura de planos e bases técnicas, em conformidade com o previsto nos normativos em vigor. Em seguida, apurou a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cada agrupamento (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura - PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou.
Créditos Técnicos Adotados: Mortalidade: Nos cálculos das estimativas de mortalidade foram usadas as tábuas BR-EMS de Morte, versão 2021, masculina e feminina; Taxa de Juros e índice de preços: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP e pela ANBIMA ao mercado segurador, cuja aplicação na Entidade foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos, no caso, o cupom do IPCA/IBGE. Despesas administrativas: Utilizou-se o percentual de 38,5%, apurado com base em suas despesas administrativas reais. Persistência: Foram utilizados os percentuais descritos na tabela abaixo.

Plano	Taxa anual
2	11%
3	19%
4	-
6	2%

Não foi aplicada persistência no Plano 1 por ter cobertura temporária
*** TAP - Resultados Parciais Obtidos nos fluxos de 31/12/2021:** Para apresentação dos resultados do TAP, adotamos o modelo recomendado pela SUSEP, que abrange as demonstrações referentes às provisões de PPNG, PMBAC, muito embora o TAP realizado pela Entidade tenha envolvido também outras provisões técnicas.

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG			
Tipo de Produto	PPNG Constituída Líquida do Cad Diretamente Relacionado à PPNG	Valor Presente do Fluxo de Caixa Relacionado à PPNG	PCC-PPNG
Previdência	97,92	94,93	(2,99)

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS E NÃO REGISTRADOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO								
PRODUTOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO								
Tipo de Plano	Cobertura	Base Técnica	Tipo de Pagamento	PMBAC Constituída	VP do Fluxo de Caixa Relacionado à PMBAC	PDR de PMBAC Constituída	VP do Fluxo de Caixa Relacionado à PDR de PMBAC	PCC-PMBAC BD
Pecúlio	Morte	Hunter's Semitropical + IPC + 4%	Único	58.996,06	(43.272,02)	2.949,80	241,32	(104.976,56)

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG		
Tipo de Produto	VP do Fluxo de Caixa Relacionado à PPNG Futura de Prêmios não Registrados (Saídas - Entradas)	
Previdência	(1.261.008,72)	

*** TAP - Resultados Finais de 31/12/2021:**
O TAP resultou em valores zerados para a PCC de PPNG (Prêmios Registrados e Não Registrados) e de PMBAC, de modo que optamos por não colocar a respectiva tabela. Desta forma, pode-se concluir que o TAP não indicou necessidade de constituição de provisionamento complementar. Por fim, informamos que não se identificou valor de "Mais Valia" para o período.
J. Concentração de Riscos: Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, considerou-se o agrupamento das UF's com base nas regiões constantes dos normativos em vigor, e se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos e o respectivo percentual de risco de cada uma destas regiões, conforme quadro abaixo. A análise dos dados demonstra um aumento de 33,8% na arrecadação em relação ao mesmo período de 2020, com grande parte de seus riscos concentrados na região Sul, com 94,3%, na qual fica localizada sua sede social.

Distribuição dos Riscos por Região	Por RS 1			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 8 (RS, SC e PR)	1.205.350,00	94,3%	884.515,00	92,6%
Região 6 (RJ, ES e MG)	40.224,00	3,2%	54.079,00	5,7%
Demais Regiões	32.113,00	2,5%	16.286,00	1,7%
Total	1.277.687,00	100,0%	954.880,00	100,0%

k. Apuração do Resultado: As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.						
3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS						
Longo Prazo	31/12/2021			31/12/2020		
1 - MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	Custo RS	Mercado RS	%	Custo RS	Mercado RS	%
Letras Financeiras Tesouro Nacional	382.931,96	382.931,96	34	367.176,17	367.176,17	34
Total	382.931,96	382.931,96	34	367.176,17	367.176,17	34

4. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES									
	31/12/2021		31/12/2020		Imobilizado	Custo	Depreciação	Valor Líquido Dez/2021	Valor Líquido Dez/2020
	RS	RS	RS	RS					
Ativo Circulante	155.537,83	285.034,01	68.476,18	(64.738,17)	3.738,01	5.187,66	-	5.187,66	-
Garantia de Averbção	303.074,54	458.943,81	45.770,27	(45.116,05)	654,22	18.306,65	-	18.306,65	-
(-) Receitas a Apropriar	(72.904,72)	(116.524,62)	114.246,45	(109.854,22)	4.392,23	23.494,31	-	23.494,31	-
(-) Redução ao Valor Recuperável	(74.631,99)	(57.385,18)	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante	252.396,53	201.479,30	114.246,45	(109.854,22)	4.392,23	43.784,93	-	43.784,93	-
Garantia de Averbção	332.341,42	270.031,90	-	-	-	-	-	-	-
(-) Receitas a Apropriar	(79.944,89)	(68.552,60)	-	-	-	-	-	-	-
5. IMOBILIZADO/INTANGÍVEL									
O Imobilizado é composto de:									
Imobilizado	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Imóveis	Terenos	Edificações
	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS	RS
Imóveis	0,00	-	0,00	19.528,00	-	0,00	19.528,00	-	-
Terenos	0,00	0,00	0,00	762,62	(762,62)	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificações	0,00	0,00	0,00	20.290,62	(20.290,62)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Imóveis	0,00	0,00	0,00	20.290,62	(20.290,62)	0,00	19.528,00	0,00	0,00
Equipamentos	5.187,66	0,00	(1.449,65)	5.187,66	0,00	3.738,01	5.187,66	0,00	3.738,01
Móveis, Máquinas e Utensílios.	18.306,65	-	(17.652,43)	18.306,65	-	654,22	18.306,65	-	654,22
Total Móveis	23.494,31	0,00	(19.102,08)	23.494,31	0,00	4.392,23	23.494,31	0,00	4.392,23
Total Geral	43.784,93	20.290,62	(19.102,08)	43.784,93	20.290,62	4.392,23	43.784,93	20.290,62	(19.102,08)

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2021 e 31 Dezembro de 2020			
Nota	PERÍODOS		
	31/12/2021	31/12/2020	
(+) CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS	1.193.694,36	955.735,08	
Receita de Contribuições	1.193.694,36	955.735,08	
(+/-) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS	80.921,61	(25.548,90)	
Variações das Provisões Técnicas	80.921,61	(25.548,90)	
(-) PRÊMIOS GANHOS	1.274.615,97	930.186,18	
(-) SINISTROS OCORRIDOS	(525.464,65)	(91.588,42)	
Despesas com Benefícios	(470.234,62)	(83.428,48)	
Variação de Prov. de Eventos Ocorridos mas não avisados	(55.230,03)	(8.159,94)	
CUSTO DE AQUISIÇÃO	(22.898,83)	(1.216,78)	
Despesas de Custeamento de Vendas	(22.898,83)	(1.216,78)	
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	7.000,00	
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	"11" (1.078.883,66)	(886.409,44)	
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	"11" (119.956,78)	(131.807,69)	

À UPOFA - UNIÃO PREVIDENCIAL,

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da UPOFA - UNIÃO PREVIDENCIAL, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuarial independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração: A Administração da UPOFA - UNIÃO PREVIDENCIAL é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuarial Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da UPOFA - UNIÃO PREVIDENCIAL são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da UPOFA - UNIÃO PREVIDENCIAL em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela UPOFA - UNIÃO PREVIDENCIAL e

utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Curitiba, 17.02.2022.

Mardey Gomes Teixeira
Atuarial-CFO da MT Atuarial
MIBA 1233 - CPF 61489662391
CIBA 138 - CNPJ 15.608.202/000198
Rua Pedro Parigot de Souza, 3901. Cidade Industrial de Curitiba.
CEP 81.280-330. Curitiba-PR.

Endereço: Rua Pedro Parigot de Souza, nº 3901. CEP 81.280-330. Curitiba-PR.
E-mail: mtatuarial@mtatuarial.com.br. Telefones: 41 992545103.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Conselheiros da UPOFA - União Previdencial - Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UPOFA - União Previdencial (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPOFA - União Previdencial em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que

compreendem o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis. Nossas responsabilidades não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii)

reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante os nossos trabalhos não identificamos deficiências nos controles internos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2022

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC 2 SP - 032367-O-1

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS 033.964-O